



## **PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE**

ASSESSORIA ESPECIAL E REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Avenida Cais do Apolo, nº 925 – Bairro do Recife – Recife/PE – CEP: 50030-903

(81) 3355-9430 – [assessoriaespecial@recife.pe.gov.br](mailto:assessoriaespecial@recife.pe.gov.br)

### **RESPOSTA AO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº 2024004730068009990**

**Data da entrada:** 02/05/2024 15:02:08

**Descrição da Solicitação ou do 1º Recurso:** “PEDIDO DE INFORMAÇÃO à Prefeitura do Recife, a respeito dos 8 empréstimos feitos e listados abaixo, buscando respostas sobre cada um deles, com os seguintes questionamentos: qual o valor de cada e com o que foram gastos? 1) FINISA 1 (CEF) - 495.721-88 LC 173 (74-A) – 2018 2) FINISA 2 (CEF) - 0535.346-03 LC 173 (79-A) – 2020 3) FINISA 3 (CEF) - 0532.561-57 LC 173 (85-A) – 2020 4) Finisa 4 (CEF) - 93\_CEF\_0599406-73\_FINISA\_4 (93) – 2021 5) BB Infra (BB) - 92\_BB\_40\_00017-6\_INFRA (92) – 2022 6) Hospital do Idoso (BB) - 84.022-5 (80) – 2020 7) Pandemia Covid-19 (BB) - 40.00005-2 (86) – 2020 8) UPA-E Ibura (BB) - 40.00002-8 (84) – 2020”

**Resposta da solicitação:** Prezado solicitante, em atenção aos seus questionamentos, fundamentamos abaixo: i. Valor; e ii. Descrição do gasto em cada contrato de operação de crédito, conforme solicitação.

**i. Do valor**

As operações de crédito em tela, notadamente o FINISA 1 (CEF), de 2018; FINISA 2 (CEF), de 2020; FINISA 3 (CEF), de 2020; FINISA 4 (CEF), de 2021; BB Infra (BB), de 2022; Hospital do idoso (BB), de 2020; Pandemia Covid-19 (BB), de 2020; e UPA-E Ibura (BB), de 2020 tiveram os respectivos valores:

Contrato n.º 535.346-03 – R\$ 201.000.000,00 (duzentos e um milhões de reais), contrato n.º 495.721-88 – R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); contrato n.º 40.00017-6 – R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); contrato n.º 599.406-73 – R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); contrato n.º 40.00005-2 – R\$ 60.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais); contrato n.º 532.561-57 – R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); contrato n.º 84.022-5 – R\$ 20.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais); e contrato n.º 40.00002-8 – R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

**ii. Dos gastos**

A Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 institui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Em seu artigo 12, a lei estabelece as classificações das despesas referentes a sua categoria econômica, entre despesas correntes e despesas de Capital.

O legislador segue e classifica como despesas correntes as despesas de custeio, isto é, as despesas para manutenção de serviços anteriormente criados, incluídas as despesas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis; e as transferências correntes, quais sejam as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, incluídas as despesas para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

É expressa a vontade do legislador classificar as despesas de capital, por sua vez, entre investimentos, inversões financeiras e transferências de capital, em que pese a definição de investimentos sendo posta como “dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de

trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.” (§4º, art. 12, Lei 4.320/64); inversões financeiras as dotações destinadas à aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização, aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital, ou a constituição/aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, incluídas as operações bancárias ou de seguros; e a transferência de capital restando significada como dotação para investimento ou inversão financeira que outra pessoa de direito público ou privado deva realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essa transferência auxílio ou contribuição segundo derivem diretamente da lei e orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

De antemão, explicamos que todos os vultos de empréstimos, conforme o inciso X do artigo 167 da Constituição Federal, não podem ser utilizados para o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, isto é, enfrentam vedação os elementos classificados pela categoria econômica de despesa corrente em empréstimos.

Passamos senão a como o legislador originário definiu os elementos possíveis de despesas de capital:

O legislador se aprofunda ao longo do artigo 13 da lei 4.320/64 e discorre sobre os elementos da despesa, apresentando os seguintes desdobramentos: para os investimentos 1. as obras públicas, 2. os serviços em regime de programação especial, 3. Equipamentos e instalações, 4. Material permanente e 5. Participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais ou agrícolas; para as inversões financeiras, despesas com 1. Aquisição de imóveis, 2. Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras, 3. Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento, 4. Constituição de Fundos Rotativos, 5. Concessão de Empréstimos e 6. Diversas Inversões Financeiras; e para as transferências de capital os elementos de 1. Amortização da Dívida Pública, 2. Auxílios para Obras Públicas, 3. Auxílios para Equipamentos e Instalações, 4. Auxílios para Inversões Financeiras e 5. Outras Contribuições.

Tendo em vista a classificação elucidada na Lei Federal nº 4.320/64 acima exposta, detalhamos abaixo com o que foram gastos os contratos de empréstimos em questão:

Contrato n.º 495.721-88 – Despesa de Capital classificada como Investimento e elemento obras públicas; contrato n.º 40.00002-8 – Despesa de Capital classificada como Investimento e elemento equipamentos e instalações; contrato n.º 535.346-03 – Despesa de Capital classificada como Investimento e elemento obras públicas; contrato n.º 40.00005-2 – Despesa de Capital classificada como Investimento e elemento equipamentos e instalações; contrato n.º 532.561-57 – Despesa de Capital classificada como Investimento e elemento obras públicas; contrato n.º 84.022-5 – Despesa de Capital classificada como Investimento e elemento equipamentos e instalações; contrato n.º 599.406-73 – Despesa de Capital classificada como Investimento e elemento obras públicas; e contrato n.º 40.00017-6 – Despesa de Capital classificada como Investimento e elemento obras públicas.

Anexo, encontra-se quadro-resumo acerca dos contratos em tela.

Nada mais havendo a tratar, despendemos os mais cordiais cumprimentos a vossa senhoria.

---

**ASSESSORIA ESPECIAL E REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL**

### Quadro resumo

Contrato	Valor (R\$) (em milhões)	Gasto conforme Lei 4.320/1963
535.346-03	201	Despesa de Capital/Investimento/Obras Públicas
495.721-88	200	Despesa de Capital/Investimento/Obras Públicas
40.00017-6	100	Despesa de Capital/Investimento/Obras Públicas
599.406-73	100	Despesa de Capital/Investimento/Obras Públicas
40.00005-2	60	Despesa de Capital/Investimento/Equipamentos e Instalações
532.561-57	50	Despesa de Capital/Investimento/Obras Públicas
84.022-5	20	Despesa de Capital/Investimento/Equipamentos e Instalações
40.00002-8	13	Despesa de Capital/Investimento/Equipamentos e Instalações